

Edição v. 38
número 3 / 2019

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 38 (3)
dez/2019-mar/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AS IDENTIDADES ACIONADAS NO JORNALISMO A PARTIR DA DICOTOMIA ENTRE PROXIMIDADE E AFASTAMENTO

THE IDENTITIES ACTIONED IN THE JOURNALISM FROM THE DICHOTOMY BETWEEN PROXIMITY AND DISTANCE

MARCIONIZE ELIS BAVARESCO

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: marcionize@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-2629-4604.

CARLOS AUGUSTO LOCATELLI

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: locatelli.jor@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0041-3780.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BAVARESCO, Marcionize Elis; LOCATELLI, Carlos Augusto. AS IDENTIDADES ACIONADAS NO JORNALISMO A PARTIR DA DICOTOMIA ENTRE PROXIMIDADE E AFASTAMENTO. Contracampo, Niterói, v. 38, n.3, p. 110-129, dez./mar. 2019.

**Enviado em: 12/4/2019. Revisor A: 28/5/2019; Revisor B: 15/6/2019; Revisor C: 24/6/2019.
Aceito em: 6/08/2019.**

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28523>

Resumo¹

Este trabalho analisa a relação entre as esferas jornalísticas e as identidades locais/regionais, de modo a compreender o acionamento de determinados elementos formadores dessas identidades na luta pelo reconhecimento de demandas junto ao Estado. O objeto empírico se constitui de notícias e reportagens que caracterizaram identitariamente uma região brasileira específica – o Extremo Oeste de Santa Catarina – desde a década de 1950, analisadas a partir da perspectiva teórico-metodológica dos enquadramentos. O estudo demonstrou uma invisibilidade de identidades alternativas às hegemônicas e o acionamento de elementos identitários como estratégia de lideranças políticas e dos próprios veículos noticiosos para estabelecer vínculos com a comunidade local. As dinâmicas de reconhecimento foram influenciadas pela proximidade e pelo afastamento dos veículos em relação à região.

Palavras-chave

Jornalismo; Identidades regionais; Reconhecimento.

Abstract

This work analyzes the relation between journalistic spheres and local/regional identities, in order to understand the activation of certain elements that form these identities in the struggle for the recognition of demands with the State. The empirical object consisted of news that characterized a specific Brazilian region - the Extremo Oeste of Santa Catarina state - since the 1950s, analyzed from the theoretical-methodological perspective of the framing. The study demonstrated an invisibility of identities that are alternative to hegemonic ones and the activation of identity elements such as strategy of political leaderships and news vehicles to establish links with the local community. The dynamics of recognition were influenced by the proximity and the distance of the vehicles in relation to the region.

Keywords

Journalism; Regional identities; Recognition.

Introdução

No final do século XX o mundo assistiu a um processo rápido de globalização, cujo símbolo máximo foi o desenvolvimento de tecnologias de comunicação que conectaram o globo e permitiram um fluxo extremamente rápido de informações entre pontos até então isolados pela distância geográfica. No rastro desse fenômeno, as fronteiras nacionais pareciam não ser mais tão relevantes, nem as identidades intrínsecas a elas. Porém, às vésperas de se fechar a segunda década do século XXI, a temática do nacionalismo, do fechamento de fronteiras, do protecionismo e do medo do “outro”, voltou ao centro das preocupações acadêmicas, mais uma vez no rastro dos acontecimentos empíricos: o Brexit²; as reações xenófobas à crise dos refugiados; os conflitos gerados em torno de pautas identitárias; a chegada ao poder de líderes políticos nacionalistas e protecionistas em vários países.

O jornalismo, como agente social por onde circulam os discursos que explicam a sociedade durante o curso dos acontecimentos, não pode ficar alheio ao contexto. Por isso, pesquisas que atualizem a discussão sobre a relação do jornalismo com as identidades se mostram fundamentais para a compreensão das dinâmicas nas quais a produção e divulgação de informações noticiosas está inserida - e que alimenta com insumos simbólicos. Aqui investiga-se, particularmente, o acionamento de perspectivas identitárias no jornalismo a partir dos eixos analíticos da proximidade e do afastamento.

Essas duas dimensões nortearam a construção do objeto empírico, na tentativa de mobilizar situações que tivessem potencial para abranger diferentes modelos de jornalismo. Portanto, aqui se trabalha com o plural de dois conceitos centrais para a pesquisa: as identidades e os jornalismo.

Identidade, jornalismo e enquadramentos

A identidade é um conceito que carrega em si um paradoxo (HALL, 2011; SANTOS, 1994; WOODWARD, 2007): ao mesmo tempo em que tem um sentido de integração também segrega. “Ser como é” significa ser diferente do outro. O jornalismo é um dos discursos onde as características identitárias se manifestam com o *status* de realidade. Por esse motivo, tem potencial para contribuir com a perenidade ou permeabilidade de uma determinada identificação coletiva.

A relação da narração com a identidade é constitutiva, ela só existe quando contada (MARTÍN-BARBERO, 2006; BHABHA, 2000; MARINAS, 1995). Esse é um dos motivos que faz a circulação de informação fundamental para a constituição das identidades, sejam individuais ou coletivas. Isso porque, como explica Taylor (2000), a construção da identidade não se realiza de forma isolada, mas sim por meio do diálogo com os outros, já que ela é dependente do reconhecimento coletivo.

[...] nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora (TAYLOR, 2000, p. 241).

Portanto a identidade, assim como toda realidade social, é uma construção. Conforme Pollak (1992, p. 204), há três elementos essenciais na construção da identidade:

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente há o sentido de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

É esse último aspecto, especialmente, que conecta a identidade à memória individual e coletiva. “(...) a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade (...) na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204, destaque no original). Ele ressalta que, tanto a memória como a identidade “podem perfeitamente ser negociadas”, tendo em vista serem valores “disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (1992, p. 205).

No entanto, embora essa característica de elaboração, quando constituída a memória (e poder-se-ia acrescentar a identidade) efetua por si mesma “um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização” (POLLAK, 1992, p. 206). Com isso, embora memória e identidade sejam, em alguma dimensão, fluidas e mutáveis, em outro aspecto tendem a persistir ao longo do tempo.

Como pontua Bourdieu (1989)³, o poder simbólico, e aqui se faz referência ao poder simbólico das representações identitárias, depois de consolidado ganha autonomia em relação aos seus agentes. Ou seja, se em certa medida o jornalismo constrói uma determinada caracterização da região, essa também acaba construindo o jornalismo, especialmente aquele que está imbricado na comunidade da qual fala e para a qual fala.

Preservar a memória narrativa, ou as memórias, é uma das características dos veículos jornalísticos, especialmente da imprensa. A seleção do que preservar e do que esquecer se dá no bojo de relações de poder, tendo em vista que a memória é ativada como legitimadora de determinadas tradições e identidades. Nesse sentido, os atores com mais poder impõem uma versão dos fatos, processo descrito por Veyrat-Masson e Blanchard (2010) como uma “guerra de memórias”, e conseqüentemente estabelecem um suporte de poder.

Hall (2003) pondera, em referência às identidades individuais, que não é possível que os sujeitos se caracterizem por uma identidade fixa, essencial ou permanente. Os sujeitos devem, então, ser entendidos a partir de múltiplas identidades como, por exemplo, de nacionalidade, etnia, gênero, sexualidade. Essas são produzidas, para usar um termo do próprio Hall, num processo de disputa simbólica desencadeada no campo dos discursos, das narrativas. Santos coaduna dessa concepção, ao caracterizar as identidades (no plural) como “identificações em curso” (1994, p. 31). A identidade regional, que é o foco deste trabalho, é uma identidade coletiva, de grupo, e que alcança os indivíduos como uma das possibilidades de identificação individual (não a única).

É do caldo cultural formado desses antagonismos, relações e fragmentações que o jornalismo se alimenta de significados e para o qual fornece ingredientes simbólicos por meio dos seus discursos. Sem a expectativa de mensurar o poder de influência desses ‘insumos’ na formulação dos sentidos pela audiência, tendo em vista que toda síntese comunicacional se estabelece a partir de um processo de interação entre agentes ativos, o certo é que os conteúdos divulgados têm potencial para gerar conseqüências práticas na estrutura social. No entanto, por que ferramentas esses processos são realizados?

Quando se afirma que o jornalismo é configurado em um discurso específico, é preciso compreender o que isso quer dizer. Adota-se aqui a noção de discurso defendida por Fairclough (2001, p. 22), de que “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Uma das possibilidades de olhar para este discurso específico, o jornalismo, é com base na concepção de

³ Cabe explicar que a pesquisa aqui exposta não se alinha àquelas definidas como bourdieusianas, ou seja, que tem como base a estrutura teórica e metodológica proposta por Bourdieu. A noção de poder simbólico, do autor, foi mobilizada especificamente para complementar a discussão sobre a tendência de manutenção de determinadas definições simbólicas, o que, em momento anterior, foi abordado a partir das perspectivas dos enquadramentos e da própria definição de identidades coletivas, as quais constituem o cerne teórico-metodológico do presente trabalho. Ou seja, diferentes linhas teóricas reconhecem esse fenômeno, mesmo que entendam o processo pelo qual ocorrem a partir de perspectivas diferentes.

enquadramento (*framing*).

A abordagem dos enquadramentos perpassa diferentes áreas que compreendem, em alguma medida, situações de interação comunicacional. Pesquisas que se baseiam nesse aporte teórico vêm sendo desenvolvidas em diferentes campos, como na Sociologia, na Ciência Política, na Psicologia e na Comunicação. Possivelmente devido a sua operacionalização em áreas distintas, a conceituação de enquadramento é polissêmica, como demonstram as análises de Mendonça e Simões (2012), Maia (2009) e Reese (2008).

Aqui nos apropriaremos da síntese teórica de Maia (2009), também utilizada em Locatelli (2011), a qual a partir das contribuições de diversos autores define os enquadramentos como “princípios organizadores” ou “esquemas interpretativos”.

Maia (2009) enfatiza que, especialmente nas sociedades contemporâneas, em que as pessoas estão potencialmente expostas a uma multiplicidade de processos de comunicação e, conseqüentemente, de enquadramentos, esses concorrem entre si. Ou seja, há uma competição entre os enquadramentos, especialmente em situações de controvérsia. De acordo com a autora, “a abordagem da competição de enquadramentos proporciona um ambiente mais realista para que se indague como a opinião pública se forma em condições atuais” (MAIA, 2009, p. 303-304).

Ao enfatizar determinados enquadramentos culturais e preterir outros (conscientemente ou não) o jornalismo possibilita o contato do público com abordagens específicas, com insumos específicos que poderão ser incorporados ao repertório simbólico que permite a compreensão do mundo social.

Portanto, o cerne do presente trabalho está na noção de que a enunciação tem potencial para colaborar com a criação da realidade que enuncia. Mas o que isso tem a ver com o jornalismo, foco central do estudo realizado? O jornalismo aqui é entendido como uma forma social de conhecimento (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 2005) cuja função central é enunciar a *realidade* a partir de um local de fala específico, baseado no *ethos* profissional (TRAQUINA, 2012, p. 128) e no contrato social (BERNIER, 2004, p. 15) estabelecido com seus diversos públicos, cujos princípios estão alicerçados na credibilidade e na legitimidade.

Por essas características compreende-se que o jornalismo é um ator privilegiado na guerra pelo reconhecimento, fundamental para a própria constituição das identidades, sejam individuais ou coletivas (TAYLOR, 2000).

Esse contexto se torna ainda mais complexo a partir da compreensão do jornalismo enquanto um subsistema midiático que, embora tenha características que o definem a partir de aspectos comuns, possui diversidade interna. Como apontado em estudos como o de Camponez (2002) e de Felippi (2006), há elementos particulares do contrato social estabelecido entre jornalistas, veículos de comunicação, públicos e financiadores de acordo com o grau de proximidade e distanciamento uns dos outros. Isso faz com que as diferentes esferas de visibilidade jornalística tendam a enquadrar os episódios noticiosos de maneira particular.

Conforme Peruzzo (2003, p. 67), “há a impossibilidade de se definir fronteiras precisas entre o regional, o local e o comunitário”, especialmente porque essas demarcações envolvem mais do que limites geográficos. “Por outro lado, tanto o local como o regional só podem ser compreendidos na relação de um com o outro, ou deles com outras dimensões espaciais, como o nacional e o global”, pormenoriza.

Uma abordagem que auxilia na elucidação de possíveis categorizações é aquela apresentada por Camponez (2002). Ele inaugura o conceito de jornalismo de proximidade que, embora se caracterize enquanto prática jornalística possível em qualquer veículo de comunicação, tem sua presença marcadamente na imprensa local e regional. Essa proximidade “não se mede em metros” (CAMPONEZ, 2002, p. 129), já que para além do recorte espacial, ela é caracterizada pelo tipo de relação estabelecida com os diferentes agentes envolvidos no processo de produção, difusão e recepção das notícias.

Em outras palavras, no caso dos veículos de comunicação regionais e locais “a proximidade assume um significado próprio, marcante da sua especificidade e da sua identidade” (CAMPONEZ, 2011,

p. 36). Na impossibilidade de definir com clareza os limites entre o hiperlocal⁴, o local, o regional e o comunitário, o conceito de jornalismo de proximidade, como tipologia jornalística característica desses veículos de comunicação, parece ser uma nomenclatura adequada para abarcar-los de forma conjunta.

Camponez (2002, p. 122-123) faz uma revisão ampla de literatura acerca das funções particulares dos veículos de comunicação que baseiam sua atuação no jornalismo de proximidade. Pode-se destacar a característica de funcionar como um elo comunitário entre os seus leitores; atuar para reduzir a incerteza do leitor em relação ao ambiente que o cerca; e de servir como importante banco de dados sobre seu espaço de influência, o que o relaciona com a preservação da memória comunitária, aspecto que ancora a própria constituição do grupo, tendo em vista ser elemento fundamental da tradição e da identidade.

Recorte empírico: a formação da identidade do Extremo Oeste de Santa Catarina

Diversas regiões brasileiras serviriam como objeto para uma análise do acionamento de aspectos identitários pelo jornalismo. Aqui optou-se, contudo, pela peculiaridade de um Estado conhecido como a “Europa brasileira” e que se auto afirma justamente pelas supostas singularidades de suas regiões. As particularidades da ocupação do território, a geografia e aspectos econômicos levaram, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, vários autores a descreverem o Estado como formado por “ilhas regionais”. Singer (1968, p. 83) abordou essa fragmentação sob o prisma econômico: “Santa Catarina apresenta, hoje, um aspecto curioso: o Estado todo se divide em várias zonas, economicamente autônomas, cada uma contando com uma capital regional”. Lago (1975, p. 121) reconheceu no Estado, “pelo menos sociologicamente”, diferentes “ilhas culturais”.⁵ Piazza também faz referência às “ilhas” ou “pequenos arquipélagos” culturais catarinenses, em obra publicada em 1979.⁶

Todas essas perspectivas buscavam na história de modelos específicos de desenvolvimento e da colonização⁷ do Estado explicações para a diagnosticada “fragmentação cultural e identitária” do território catarinense. Dois aspectos são recorrentes para explicar, pelo menos em parte, esse fenômeno: a constituição do território como um “espaço de imigrantes” – para usar um enunciado presente em Lago (2000, p. 69) –, e a “integração parcelada físico-territorial da área catarinense” (PIAZZA, 1988, p. 353).⁸ Esses processos teriam resultado em “não integração, quer social, quer econômica, ou, ainda, cultural, além da dificuldade de aceitação pelas populações dos aspectos político-institucionais” (PIAZZA, 1988, p. 353).

A morfologia de Santa Catarina teria favorecido o estabelecimento do arquipélago citado. A Serra do Mar e Geral praticamente dividem o Estado em dois, delimitando os sistemas de drenagem hidrológicos

⁴ Termo originalmente cunhado nos Estados Unidos para fazer referência ao jornalismo feito a partir, e para espaços socioculturais, geográficos e simbólicos mais restritos do que aqueles delimitados pela cidade. Podem ser citados como exemplos os jornais de bairros ou comunitários.

⁵ Em obra mais recente o geógrafo refinou essa consideração, apontando que a partir da década de 1960 houve um empenho político para consolidação da integração estadual, deixando para trás os tempos das “ilhas econômicas e sociais” (LAGO, 2000, p. 27), questão até hoje controversa.

⁶ Neste trabalho a obra é referenciada a partir de sua segunda edição, publicada em 1988.

⁷ Neste trabalho o conceito é utilizado como referência a um tipo específico de reocupação do território – tendo em vista que ele era habitado por indígenas e brasileiros, para usar o termo sugerido por Renk (1997) –, que prevê a fixação dos colonos e a exploração econômica com anuência e incentivo do Estado, seja por meio da ação governamental direta, seja através do repasse de terras para fins de colonização à iniciativa privada. Nas palavras de Piazza (1988, p. 12) colonização significa “mais do que povoar, é usufruir da terra, retirando-lhe ao mesmo tempo que a povoa, benefícios de ordem econômico-social”. É preciso observar que essa afirmação se dá pelos olhos dos colonizadores, para os quais a colonização significava o progresso, o que deve ser problematizado, já que os povos tradicionais foram excluídos desse processo.

⁸ Piazza usa esse enunciado para se referir ao fato de que o território catarinense foi sendo definido de maneira parcelada, com a integração de faixas territoriais em diferentes períodos e com questionamentos sobre os seus limites até meados do século XX.

e, conseqüentemente, limitando as possibilidades de penetração no território por meio fluvial, como lembra (SINGER, 1968, p. 81).

Peluso Júnior (1984, p. 267) confere aos acidentes geográficos parte da responsabilidade sobre o isolamento, tendo em vista que “a vida econômica do Estado” teria sido “sempre de difícil articulação” porque o relevo acidentado não favoreceria “a aproximação entre as diversas regiões”. Mas acrescenta ao debate conteúdo político e, em certa medida, relações de poder inter-regionais, como a desigual distribuição da infraestrutura.

A ‘ausência’ do Estado, enquanto agente público, é destacada em relação à região Oeste, a mais distante das zonas inicialmente exploradas no processo de colonização e que contempla o Extremo Oeste, território deste trabalho:

O Oeste foi povoado por gente que migrou do Estado do Rio Grande do Sul, na onda pioneira que ocupou as terras florestais do vale do rio do Peixe e da região a oeste dessa bacia. Esses lavradores lutaram na floresta para fazê-la produtiva, resolvendo seus problemas sem assistência alguma por parte do Estado de Santa Catarina; criaram sua economia dependente da do Rio Grande do Sul; abriram estradas, construíram cidades, e somente a partir de 1946, com a extinção do Território do Iguazu, a região começou a sentir, na realidade, a presença do Governo Catarinense (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 272).

Peluso Júnior é responsável pela formulação dos conceitos de “Catarinensismo”, que se refere à “aceitação dos vínculos comunitários” catarinenses; e de “Catarinização”, que seria “o processo de atração, para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontra dela afastado” (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 259). No início da década de 1980, o autor afirmava a percepção de que a intensidade do Catarinensismo podia ser assim resumida:

a – o sentimento de catarinensismo é forte na capital (Florianópolis) e em toda a microrregião da Grande Florianópolis;

b – o catarinensismo perde força a partir desta região central para a periferia, isto é, à medida que o pesquisador se afasta da capital, alcançando seus níveis mais baixos nas áreas que se encontram mais ao oeste no território do Estado, e nas que se localizam próximas aos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul;

c – a forma comum e mais evidente da intensidade dos laços que unem a comunidade catarinense é a reação manifestada ante a função da capital exercida por Florianópolis⁹, podendo, assim, esta função de Florianópolis servir de indicador do grau de catarinensismo (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 261).

Nesse período, a busca por características que representassem a identidade catarinense era o mote de muitos intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGC)¹⁰. A ideia era demonstrar, ou mesmo construir, uma identidade legitimamente catarinense, tendo em vista que a fragmentação era vista como um problema. Contudo, a tentativa de homogeneização não teve êxito. Pelo contrário, nas últimas décadas o Estado percebeu na lógica das ilhas culturais potencial para o desenvolvimento turístico e, conseqüentemente, econômico. É desse modo que se desenvolveram as festas típicas germânicas, os cafés coloniais, a arquitetura austríaca, entre outros elementos.¹¹

⁹ Nessa época, assim como em períodos posteriores, se discutia a transferência da capital para uma cidade localizada mais ao centro do território de Santa Catarina.

¹⁰ Esse aspecto é trabalhado em maiores detalhes no artigo “A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina” (SERPA, 1996).

¹¹ O turismo se expandiu em Santa Catarina especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980 (LINS, 1993). Apenas para citar um exemplo emblemático desse processo de “reinvenção da etnicidade”, a primeira Oktoberfest em Blumenau, festa que atrai um grande número de turistas anualmente, foi realizada em 1984, conforme histórico disponível no site do evento: <http://www.oktoberfestblumenau.com.br/oktoberfest/historia/>. Acesso em 30 jul. 2017.

Cabe destacar que os processos de regionalização são complexos e mutáveis. Além disso, de acordo com diferentes objetivos, há sobreposições de definições. Marcon (2009) faz um compilado detalhado dessas diferentes regionalizações, que abrangem aquelas promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo governo do Estado de Santa Catarina e, até mesmo, pela articulação dos próprios municípios em torno de associações. A pesquisadora trata dessa sobreposição de recortes regionais distintos como um problema (2009, p. 171), porque faz com que cada município esteja integrado a diferentes regiões para finalidades específicas, o que dificulta a sistematização de dados e ações integradas. Em certa medida, a imprensa preserva em suas páginas os indícios desses processos de regionalização, sedimentando conceitos por meio da adoção de determinadas nomenclaturas e características regionais.

No caso em estudo, observou-se que nos jornais locais, produzidos e distribuídos a partir de São Miguel do Oeste, principal cidade do espaço analisado, o enunciado Região Extremo Oeste aparecia desde o final da década de 1950. Os jornais da época usavam a expressão para fazer referência a sua própria área de circulação, vinculando o enunciado a um sentido de progresso e desenvolvimento socioeconômico.

Em contrapartida, nas primeiras análises realizadas em jornais estaduais publicados no mesmo período percebeu-se que o enunciado Extremo Oeste praticamente não aparecia. Mesmo referências ao Oeste de Santa Catarina eram raras. Em um material produzido em 1948, o jornalista Zedar Perfeito da Silva, que percorreu o Oeste catarinense, descreve a imagem que uma parcela da população de outras partes do Estado tinha da região próxima à fronteira entre Brasil e Argentina: “lá estava situado o nosso **far-west**” (SILVA, 1950, p. 7, destaque no original).

A comparação expressa nos dois parágrafos anteriores aponta para uma diversidade de percepções e definições acerca do mesmo espaço geopolítico, social e simbólico, que variam de acordo com a proximidade ou o distanciamento dos emissores em relação à região.

Estudos anteriores ao aqui descrito demonstram que existem características identitárias hegemônicas na região, que se manifestam por meio de diferentes discursos e relações de poder. Por ‘hegemônicas’ se entendem as concepções que se impõem a outras, seja por meio da incidência constante nos discursos, seja pelo capital simbólico que mobilizam, ganhando espaço privilegiado na esfera pública. A raiz dessa identidade está no “mito do pioneiro/desbravador” (HASS, 2007, p. 22), que se desdobra na valorização de determinadas formas de trabalho, de iniciativa e no próprio sentido de uma comunidade que se amalgama pela origem (aspectos também abordados na pesquisa de Mombelli [1996]).

O jornalismo está no centro dos mecanismos de reprodução, negociação ou ruptura da hegemonia identitária, tendo em vista ser o agente social da enunciação em larga escala com o *status* de verossimilhança com a realidade.

Para efeito de esclarecimento, neste trabalho optou-se pela definição de Extremo Oeste em equivalência aos municípios que integram a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc)¹², e de Oeste com base na divisão apresentada no site do governo do Estado.¹³ A opção por esses modelos de regionalização foi feita por serem usuais tanto pelos órgãos administrativos estaduais e municipais como por organizações da sociedade civil e pelo próprio jornalismo. Cabe salientar que essa divisão não é equivalente à do IBGE, embora semelhante à versão mais recente da Divisão Regional do

¹² Fundada em 1971. Atualmente conta com 19 municípios associados: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

¹³ Disponível em: <https://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/geografia>. Acesso em: 12 jul. 2019. Essa divisão define oito principais regiões catarinenses: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste (esta última integrada por 79 municípios). Boa parte das políticas estaduais, especialmente aquelas ligadas ao desenvolvimento econômico e social levam em conta essa divisão. Como exemplo pode-se citar o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (PLANO, 2018).

Brasil, lançada em 2017 pelo instituto, que definiu as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.¹⁴

Mapa 1 – Extremo Oeste de acordo com a Ameosc e Macrorregião Oeste conforme regionalização do governo do Estado de Santa Catarina



Fonte: Editado pelos autores a partir de PLANO (2018, p. 156)

Corpus, estratégias metodológicas e analíticas

Como a temática da identidade regional não é, em si, uma pauta do jornalismo cotidiano, mas sim questão que atravessa diversos temas noticiados, a opção foi por delimitar as pautas a *claims* (reivindicações) de segmentos regionais que se configuraram em controvérsias públicas. São nesses momentos, em que há conflito ou concorrência de enquadramentos, que as posições dos atores sociais e as relações de poder ficam mais claras.

Embora se reconheça que esses elementos estejam presentes em qualquer discurso jornalístico, em momentos de normalidade as marcas pelas quais se pode mapear esses aspectos se tornam mais tênues. É como se em situações onde não há divergências os polos do debate se aproximassem de tal modo a quase se confundirem, enquanto em momentos de controvérsia esses polos ficam mais bem delineados e suficientemente afastados, o que permite uma melhor visualização.

Para selecionar esses *claims*, em um primeiro momento, foi realizado um contato prévio com o material empírico. Percebeu-se que duas temáticas eram recorrentes em diferentes jornais e que, em momentos diversos, matérias sobre essas pautas haviam gerado discussões em torno de caracterizações atribuídas à região Extremo Oeste: a) Sobre as mobilizações em torno da criação do Estado do Iguaçu, abrangendo o Oeste e Extremo Oeste catarinense e o Sudoeste e Oeste paranaense; b) Sobre a construção de uma ligação rodoviária internacional entre Brasil e Argentina passando por São Miguel do Oeste e, posteriormente, também por Paraíso (isso porque a faixa do território que faz fronteira com a Argentina passou a integrar Paraíso a partir de 1992, quando esse município se emancipou de São Miguel do Oeste).

Delimitadas as pautas, realizou-se uma varredura nos seguintes acervos: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (arquivos digitais); acervos digitais dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo; Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina, localizada em Florianópolis (arquivos físicos);

¹⁴ Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm. Acesso em: 14 jul. 2019.

Centro de Memória do Oeste (Ceom), em Chapecó (arquivos físicos); Biblioteca Pública Municipal José de Alencar, localizada em São Miguel do Oeste (arquivos físicos); acervo particular disponibilizado pela senhora Maria Regina Meneguzzi Baldissera¹⁵, em São Miguel do Oeste (arquivos físicos); clipping de matérias jornalísticas que constitui acervo particular disponibilizado pelo senhor Darci Zanotelli¹⁶, em São Miguel do Oeste (arquivo físico).

Esse mapeamento localizou 232 textos jornalísticos sobre as pautas selecionadas, divulgados pela imprensa local, regional, estadual e nacional no período de 1953 a 2016.¹⁷ Após uma leitura do material foram excluídas as notas informativas e opinativas, restando um corpus de 161 textos (100 sobre o Corredor Rodoviário de Integração Bioceânico e 61 sobre o Movimento pró-Estado do Iguazu) nos quais se aplicou a análise indireta de enquadramentos. Essa proposta metodológica foi elaborada por Vimieiro e Maia (2011)¹⁸ e prevê a decomposição dos frames em elementos, que são unidades menores e possíveis de serem identificadas nos textos jornalísticos.

Para Vimieiro e Maia (2011, p. 241), a noção de elementos de enquadramento é similar à ideia de “pacote interpretativo”, de Gamson e Modigliani (1989). O foco do construto metodológico é que os interpretative packages têm uma estrutura interna que abriga uma ideia organizadora central, o enquadramento. “Os pacotes oferecem um número de símbolos condensados – eles chamam de dispositivos – que sugerem o cerne do enquadramento” (VIMIEIRO e MAIA, 2011, p. 241). Ou seja, seria possível identificar o enquadramento não de maneira direta, mas pelo mapeamento desses dispositivos ou elementos. Com isso, é possível deixar mais claro a partir de quais indícios se chegou ao enquadramento e diminuir a interferência do analista, já que ao mapear os elementos o pesquisador não sabe em qual enquadramento a análise resultará.

A partir dessa proposta e das pesquisas empíricas realizadas por Gamson e Lasch (1980), Gamson e Modigliani (1989), Entman (1993), Matthes e Kohring (2008) foi definido o quadro de elementos mapeados na presente pesquisa: os termos utilizados para qualificar e denominar a região; os exemplos mobilizados; as metáforas, *slogans* ou chavões; as origens dos problemas relatados; as consequências para a região dos episódios noticiados; a presença de imagens visuais e o que elas indicam em termos de representação da região ou de sua população; as indicações de tratamento da questão; e os atores envolvidos (quem fala pela região, quem fala da região, de quem se fala na região, de quem se fala para além da região).

Esses elementos foram mapeados, inicialmente, em uma amostra de 30 textos. Com base nos resultados encontrados, foram desdobrados em subcategorias. Por exemplo, foi possível observar que entre os “termos qualificadores”, haviam palavras que identificavam a região como abandonada, outros como rica, etc.

Quadro 1 – Exemplo de decomposição do elemento “termos qualificadores” em subcategorias

¹⁵ Maria Regina Meneguzzi Baldissera é gerente da Rede Peperi de Comunicações, empresa que mantém sete emissoras de rádio no ar na região Extremo Oeste de Santa Catarina. Ela é viúva do jornalista Ademir Baldissera, que foi quem organizou o arquivo de jornais do final da década de 1950 e início de 1960 de que ela dispõe.

¹⁶ Darci Zanotelli é empresário do ramo de transportes, com a sede da empresa instalada em São Miguel do Oeste-SC. É um dos principais militantes de projetos de integração entre a região Extremo Oeste e os países do Mercosul.

¹⁷ O recorte temporal inicia com a criação de parte dos municípios que hoje integram a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc) e termina devido ao prazo para a própria conclusão da pesquisa.

¹⁸ Essa metodologia foi utilizada por Vimieiro (2010), em sua dissertação de mestrado. Na pesquisa, ela descreve minuciosamente os procedimentos adotados.

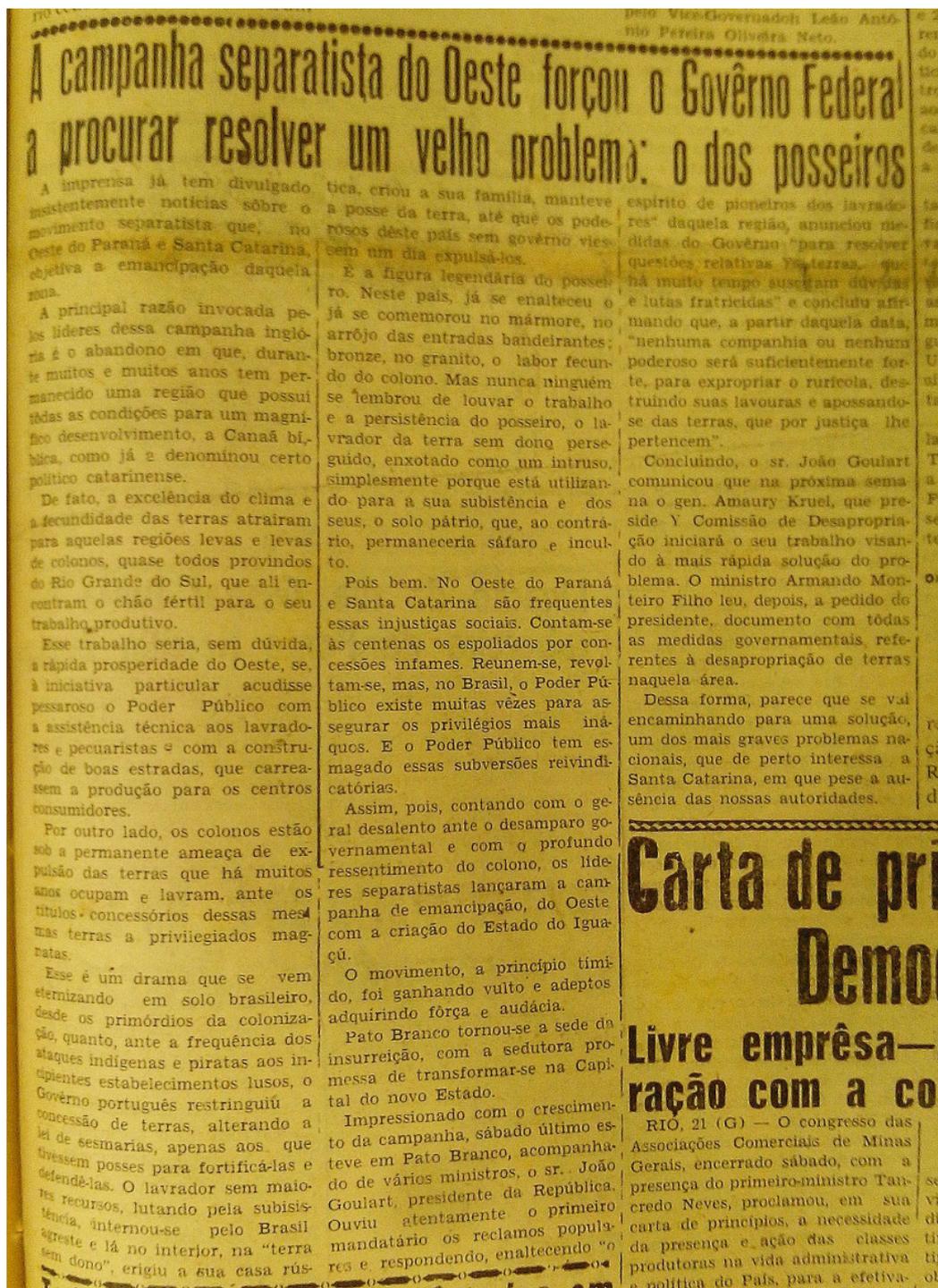
| Termos qualificadores |
|---|
| Região abandonada (esquecida; desamparada) |
| Região com economia débil |
| Região com potencial (em desenvolvimento; de futuro) |
| Região de injustiças sociais (exploração) |
| Região de um povo ordeiro (movimento pacífico; que respeita as leis) |
| Região de um povo sofredor (aflito; insatisfeito) |
| Região de um povo trabalhador (produtivo; população laboriosa; que luta; que tem iniciativa) |
| Região estratégica para a segurança nacional |
| Região fértil (rica em termos agropecuários; grande produtora de gêneros alimentícios) |
| Região habitada por colonos (produtores rurais/proletariado rural) |
| Região homogênea (eticamente; culturalmente; em termos de origem) |
| Região isolada (rincão; sertão) |
| Região onde as leis não são respeitadas (conflito pela terra) |
| Região que quer se emancipar (emancipanda; separatista; divisionista) |
| Região rica (próspera; potência; farta; riquíssima; pujante; autossuficiente; economia forte) |
| Região vasta (imensa) |

Fonte: Os autores

Cada texto foi analisado individualmente e teve os elementos de framing mapeados e codificados de acordo com as subcategorias¹⁹, conforme o exemplo exposto na sequência.

Imagem 1 – Notícia publicada na capa do jornal A Gazeta, de Florianópolis, em 22 de março de 1962

¹⁹ O *codebook* final foi composto por 12 categorias e 187 subcategorias de elementos de *framing*.



Fonte: Arquivo dos autores

Quadro 2 – Exemplo de análise

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| Pauta: Movimento pró-Estado do Iguaçu | | Texto: 22 |
| Jornal: A Gazeta | Gênero: Informativo | Formato: Notícia |
| Data: 22/03/1962 | Localização: Capa (centro de página) | |
| Título: A campanha separatista do Oeste forçou o Governo Federal a procurar resolver um velho problema: o dos posseiros | | |
| Termos | Qualificadores | Subcategorias: Região abandonada (“é o abandono em que, durante muitos e muitos anos tem permanecido”); Região com potencial (“região que possui todas as condições para um magnífico desenvolvimento”); Região habitada por colonos (“por levas de colonos”); Região de um povo trabalhador (“que ali encontram chão fértil para seu trabalho produtivo”); Região homogênea (“quase todos provindos do Rio Grande do Sul”); Região de injustiças sociais (“contam-se às centenas os espoliados”). |
| | Denominadores | Subcategoria: Oeste (oestinos/as). |
| Exemplos | | Subcategoria: Do potencial de desenvolvimento (excelência do clima, fecundidade da terra); De conflitos sociais (posseiros sob risco de serem expulsos de suas terras). |
| Metáforas, slogans ou chavões | | Subcategoria: Que indicam fartura/riqueza (“a Canaã bíblica”); Que indicam algo injusto (“concessões infames”). |
| Origem do problema | | Subcategoria: Estatal (causado devido à ausência do Estado ou à ineficácia de ações estatais). |
| Consequência | | Subcategoria: Reivindicação por autonomia (campanha separatista – título; movimento separatista que, no Oeste do Paraná e Santa Catarina, objetiva a emancipação daquela zona); Sensibilização das autoridades (“região poderia prosperar rapidamente, se à iniciativa particular acudisse o poder público”); Injustiça social (problemas relativos à posse das terras, com centenas de espoliados por concessões infames). |
| Imagens visuais | | Não se aplica. |
| Indicação de tratamento | | Subcategoria: Governo deve proporcionar infraestrutura (assistência técnica, boas estradas); Governo deve coibir arbitrariedades e violência (lutas fratricidas); Governo deve intervir em favor dos mais fracos (“nenhuma companhia ou nenhum poderoso será suficientemente forte para expropriar o rurícola”); Governo deve distribuir melhor as obras, serviços e recursos (até então a região estava abandonada pelo governo, o que precisava ser revertido). |
| Atores ativos | Quem fala pela região | Não se aplica. |
| | Quem fala da região | Subcategoria: Representante de instância governamental (presidente João Goulart). |

| | | |
|-----------------|-------------------------------------|---|
| Atores passivos | De quem se fala na região | Subcategoria: Trabalhador rural (colono; posseiro, lavrador); Fazendeiro (pecuarista); Representante de organização da sociedade civil (líderes da campanha); Coletividades genéricas (pioneiros). |
| | De quem se fala para além da região | Subcategoria: Integrante de órgão do governo (presidente da Comissão de Desapropriação, general Amaury Kruehl); Representante de instância governamental (presidente João Goulart; ministros; ministro Armando Monteiro Filho); coletividades genéricas (magnatas, privilegiados, autoridades). |

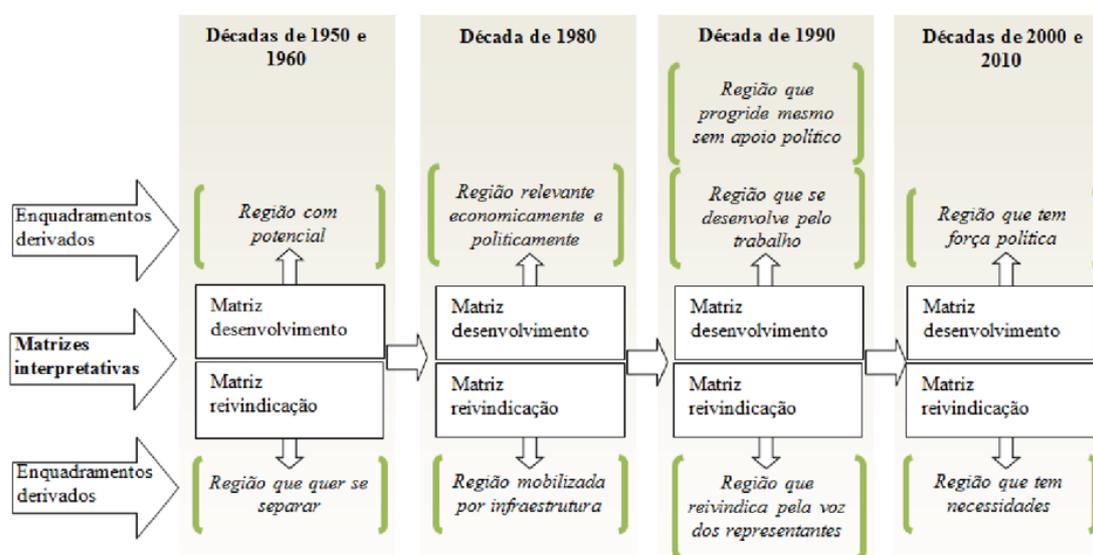
Fonte: Os autores

Como observado no exemplo, cada texto pode conter mais de uma subcategoria acerca de cada elemento. Em outras palavras, na mesma matéria jornalística é possível que a região seja definida como uma região abandonada, especialmente pelos governos, mas ao mesmo tempo com grande potencial de desenvolvimento. O que define o enquadramento é a combinação de várias subcategorias presentes em um grupo de textos que se distribuem por um período.

No caso do exemplo acima, assim como em outros 24 textos, o enquadramento predominante foi identificado como “Região que quer se separar”. Os principais elementos que o caracterizam são: o uso de termos qualificadores que apontam para uma “região abandonada”; a denominação da região como “Oeste”; a identificação da origem do problema noticiado como “Estatal”; cuja consequência é a “reivindicação por autonomia”; os atores de quem se fala na região geralmente são coletividades genéricas; os atores de quem se fala para além da região são os “representantes de instâncias governamentais” e “integrantes de órgãos do governo”.

Essa metodologia levou à identificação, nos textos jornalísticos analisados, de nove enquadramentos predominantes ao longo do período estudado. A partir do mapeamento desses enquadramentos se observou similaridades e diferenças, de modo que a síntese dos resultados pode ser observada no diagrama.

Diagrama 1 – Síntese da relação entre as matrizes interpretativas e os enquadramentos



Fonte: Os autores

Jornalismo e lutas por reconhecimento

Ao longo do período estudado percebeu-se que a separação entre Oeste e Extremo Oeste catarinense, no discurso jornalístico, foi se delineando com o tempo e de maneira diferente no jornalismo local/regional e estadual/nacional. Enquanto na imprensa estadual e nacional o enunciado Extremo Oeste teve sua incidência mantida em níveis esporádicos, nos jornais regionais e locais o uso se ampliou. Nas décadas de 1950 e 1960 era comum que jornais de Chapecó e São Miguel do Oeste se referissem à região como Oeste. A partir da década de 1970, com a criação da Ameosc, eles passaram a limitar o Oeste, na maior parte das vezes, à região mais próxima de Chapecó e o Extremo Oeste àquela mais próxima de São Miguel do Oeste.

Deve-se levar em consideração a natureza das pautas aqui estudadas: os textos mais antigos, em geral, tratam do Movimento Pró-Estado do Iguaçu, que abrangeria todo esse espaço; já os mais recentes são sobre o Corredor Bioceânico que, aparentemente, não mobilizou toda essa área. Isso é um indício de que a ideia de um Oeste ou de um Extremo Oeste é reivindicada de acordo com os interesses momentâneos dos atores envolvidos.

Outro aspecto é a complexidade da trama discursiva que constitui o espaço público. As características identitárias da região foram mobilizadas por diferentes agentes em narrativas de áreas também diversas, de modo que é impossível estabelecer até que ponto o jornalismo se apropria dos insumos – para usar uma expressão de Maia (2008) – de outras esferas sociais para estabelecer os enquadramentos e até que ponto ele fornece esses elementos por meio de suas narrativas.

Conforme já discutido, Pollak (1992, p. 204) aponta três elementos essenciais na construção da identidade de um grupo: fronteiras de pertencimento; continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; sentido de coerência.

Sobre o primeiro deles, no caso pesquisado se percebe uma disputa por essa “fronteira de pertencimento”, ilustrada no fato de que diferentes veículos de comunicação recorrem a modelos de regionalização distintos para se referir ao mesmo espaço. Obviamente que essas fronteiras não são apenas territoriais, já que a região que se desenha a partir das reportagens é constituída por uma população específica (descendentes de europeus, gaúchos), com valores específicos (trabalho, produtividade, desenvolvimento econômico), traços centrais do que parece ser uma identidade regional hegemônica.

Tanto os marcos territoriais como as características simbólicas da região têm uma continuidade no tempo (segundo aspecto apontado por Pollak). No entanto, para essa identidade ser coerente (terceiro aspecto) ocorrem uma série de apagamentos, o principal deles, das vozes das populações negras e indígenas que vivem no espaço estudado. As narrativas encontradas nos conteúdos jornalísticos, majoritariamente, tratam da região a partir da perspectiva dos colonizadores e de seus descendentes.

Os posseiros citados na notícia exposta neste artigo, a título de exemplo, constituíam esse grupo de colonos vindos do Rio Grande do Sul. Ao contrário dos posseiros do Contestado, que em sua maioria eram descendentes de negros e indígenas, alguns com ascendência espanhola ou portuguesa, os quais foram massacrados na segunda década do século XX, abrindo espaço para o projeto de colonização com as “desejadas gentes” (RENK, 1997, p. 49).

Apontou-se, ao delimitar as perspectivas teórico-metodológicas, que em situações de controvérsias públicas há uma maior possibilidade de serem visualizados enquadramentos concorrentes. Nesta pesquisa, contudo, as controvérsias em torno dos temas (a criação ou não do Estado do Iguaçu; a viabilidade ou não do Corredor Rodoviário via Ponte Internacional Peperi-Guaçu) não representaram divergências profundas acerca do objeto que tangencia ambas as discussões: a caracterização identitária do Extremo Oeste catarinense.

Por exemplo, na notícia intitulada “A campanha separatista do Oeste forçou o governo federal a resolver um velho problema: o dos posseiros” (Imagem 1, página 15), percebe-se que as características

identitárias hegemônicas são mobilizadas na notícia veiculada em um jornal escrito a partir de Florianópolis, na década de 1960, para justificar a necessidade de o Estado de Santa Catarina se fazer mais presente no Oeste, de modo a evitar a emancipação desse território e a criação do Estado do Iguazu. Por outro lado, as conquistas econômicas da região alcançadas sem o apoio governamental, que teriam sido possíveis devido ao povo trabalhador, integram a argumentação de boa parte das notícias e reportagens publicadas na imprensa local e regional que defendiam a criação do Estado do Iguazu.

Fica evidenciado que local e regionalmente as caracterizações simbólicas acerca do Extremo Oeste se misturam às dos próprios veículos de comunicação, aspecto coerente com a definição de jornalismo de proximidade de Camponez (2002; 2011). Com um histórico de vinculações diretas entre os veículos jornalísticos e as elites econômicas e políticas, essa condição cria uma tendência de fortalecimento de elementos da identidade hegemônica, apontada em Renk (1997), Hass (2007) e Mombelli (1996), a qual se constituiu sob influência desses mesmos poderes.

Há nessa relativa homogeneidade discursiva acerca da identidade regional, especialmente no jornalismo de proximidade, um capital simbólico que contrapõe as narrativas historicamente construídas acerca do Extremo Oeste enquanto um espaço de violência, uma terra sem lei, “o nosso far-west”.²⁰ Por outro lado, como já demonstrado, também há exclusão.

O distanciamento não pode ser inadvertidamente apontado como uma solução para a falta de pluralidade observada, já que os exemplos analisados apontam para uma visibilidade restrita dos *claims* regionais nas esferas estadual e nacional. Ainda, a imprensa estadual e nacional muitas vezes falha na apuração, caindo na facilidade do recurso a estereótipos. Isso não ocorre apenas nos conteúdos das primeiras décadas analisadas. Em 2016 a publicação de uma notícia na Revista Exame, de circulação nacional, gerou polêmica. Nela, ao denunciar a falta de controle alfandegário na fronteira, o jornalista afirmou que “atualmente, passam na ponte [Internacional Peperi-Guaçu] 2.000 motoristas por dia, entre *turistas incautos e contrabandistas* (BRANCO, 2016, p. 22, sem grifos no original).

A forma pela qual os usuários da ponte são caracterizados é sintomática. Nada de trabalhadores, pequenos empresários ou comerciantes, mas contrabandistas e turistas incautos – estes últimos, ingênuos o suficiente para cruzarem o *far west* catarinense rumo às praias do litoral. Como destaca Taylor (2000), tanto essas simplificações, que remetem a estereótipos, como os silenciamentos mencionados causam danos aos grupos atingidos, são uma ferramenta de opressão. O Extremo Oeste é mais do que uma rota de contrabando, e também é mais do que uma comunidade de descendentes de europeus focados no trabalho. Ao ignorar essa complexidade o jornalismo exerce um papel limitado na sua capacidade de fomentar um debate público qualificado.

Mas se há tanta homogeneidade nas caracterizações do Extremo Oeste catarinense, por que delimitar nove diferentes enquadramentos? Porque a análise de enquadramentos realizada permite mais do que a identificação das linhas gerais dessa identidade construída discursivamente pela imprensa e que, como exposto, se coaduna com aquela evidenciada em discursos de outros campos, como os produzidos por pesquisadores do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na segunda metade do século XX. Foi possível inferir, por exemplo, que os enquadramentos predominantes acerca da identidade regional derivam de duas matrizes cognitivas – ‘desenvolvimento’ e ‘reivindicação’ – que mobilizam elementos semelhantes em graus diferentes, uma espécie de sistema de ênfases em elementos identitários específicos. Importante apontar que, majoritariamente, os textos dos veículos de comunicação locais/regionais apresentaram um predomínio de enquadramentos da matriz ‘desenvolvimento’, enquanto aqueles dos jornais estaduais/nacionais concentraram enquadramentos da matriz ‘reivindicação’.

Por exemplo, no enquadramento “Região que se desenvolve pelo trabalho”, há uma ênfase no protagonismo de atores políticos e econômicos regionais que conseguiram construir uma ponte

²⁰ Esse aspecto foi explorado de maneira mais pormenorizada em Bavaresco e Locatelli (2017).

internacional sem apoio dos governos estadual e federal. Já no enquadramento “Região que reivindica pela voz dos representantes” há, de certa forma, um reconhecimento de que as ações das elites locais, mesmo trabalhadoras e focadas no desenvolvimento econômico (aspectos da identidade hegemônica mapeada), são limitadas, por isso a necessidade de se reivindicar aos órgãos e instituições competentes o atendimento das demandas.

Interessante observar que em relação aos enquadramentos da matriz ‘desenvolvimento’ existe uma evolução ao longo do período pesquisado. O primeiro enquadramento mapeado, “região com potencial”, se desdobra em uma “região relevante economicamente e politicamente”, que “progride mesmo sem apoio político” e “se desenvolve pelo trabalho” para, atualmente, se configurar em uma “região que tem força política”. Já a matriz ‘reivindicação’ aponta para enquadramentos que não se entrelaçam de maneira tão evidente.

As duas pautas selecionadas para a pesquisa seguem em discussão até os dias atuais. Especificamente no caso do Corredor Rodoviário Bioceânico, a discussão sobre a abertura da estrada que integra o projeto apareceu pela primeira vez nos jornais analisados há mais de 50 anos, foram necessários cerca de 30 para a construção da Ponte Internacional e, atualmente, se fala na necessidade de construção de uma nova passagem para que o projeto se viabilize.

Temática e contexto: os determinantes da cobertura

Os dados levantados na pesquisa que embasa este artigo demonstram que ao aderir ou acionar determinadas caracterizações identitárias o jornalismo está envolvido em uma disputa por pelo poder de determinar simbolicamente, por meio da enunciação, como se configura o espaço e a população a que faz referência, quais suas potencialidades, qualidades, definir quem se é. Os dados apontam que a seleção de a qual identidade dar visibilidade e qual invisibilizar não é arbitrária, mas sim, reflete a teia social, econômica e política na qual o veículo jornalístico está envolvido.

Também fica claro que a dificuldade em enxergar pluralidade nesse espaço pretensamente homogêneo não tem relação direta com o fato de se tratar de um jornalismo de proximidade ou baseado no afastamento da comunidade, mas muito mais com a temática e com o contexto sociopolítico no momento da cobertura.

Evidenciou-se que as lutas por reconhecimento perpassam o jornalismo em seus diferentes formatos, mas ao menos no tipo de jornalismo aqui estudado, feito a partir de empresas privadas de comunicação, há poucas frestas para concepções identitárias alternativas às hegemônicas. Como discurso crítico e investigativo, baseado no interesse público, o jornalismo deve problematizar as hegemonias e, embora isso apareça esporadicamente na análise, essas iniciativas ainda são incipientes.

Por outro lado, o acionamento de elementos identitários como estratégia de lideranças políticas e dos próprios veículos noticiosos para estabelecer vínculos com a comunidade local demonstra que o reconhecimento também pode ser utilizado como moeda de troca. Ou seja, no âmbito local o reconhecimento de determinadas identidades é correspondido por uma aceitação daqueles agentes como representantes das demandas locais. No âmbito dos agentes políticos e dos veículos jornalísticos mais afastados daquela realidade, a contrapartida é uma liberação para que se manifestem sobre a região e o grupo em pauta.

Fica em aberto o caminho para pesquisas que incluam nesse tipo de análise, já complexo e com grande volume de variáveis envolvidas, o cenário digital, que potencialmente permitiria a ampliação das vozes envolvidas na batalha pelo reconhecimento, além de uma tipologia mais ampla de veículos de comunicação.

Referências

- BAVARESCO, Marcionize; LOCATELLI, Carlos. Esferas de visibilidade jornalísticas e relações de poder: um estudo sobre a memória do Oeste catarinense na imprensa nacional e regional (1940-1950). **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, p. 75-93, 2017.
- BAVARESCO, Marcionize. **Jornalismo, identidade regional e controvérsias públicas**: a definição simbólica do Extremo Oeste catarinense na imprensa. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- BERNIER, Marc-François. **Éthique et Déontologie du Journalisme**. Saint-Nicolas (Québec): Les Presses de l'Université Laval, 2004.
- BHABHA, Homi K. DissemiNation: time, narrative, and the margins of the modern nation. *In*: BHABHA, Homi K. (Org.). **Nation and Narration**. New York: Routledg, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANCO, Leo. Só no Brasil. Fronteiras: passagem clandestina. **Revista Exame**, ano 50, n. 3, 17 fev. 2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revistaexame/edicoes/1107/noticias/umapassagemclandestinaligasantacatarinaaargentina>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de Proximidade**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.
- CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. *In*: CORREIA, João Carlos (Org.). **Ágora, Jornalismo de Proximidade: Limites, Desafios e Oportunidades**. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2011.
- ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. **Jornalismo e identidade cultural**: construção da identidade gaúcha em Zero Hora. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- GAMSON, William A.; LASCH, Kathryn E. The political culture of social welfare policy. **Pinhas Sapir International Conference on Development**, Universidade de Tel Aviv, dezembro de 1980.
- GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, p. 1-37, 1989.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. v. 6. Florianópolis: Insular, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2007.
- LAGO, Paulo Fernando de A. **Ecologia e Poluição**: o homem e o ambiente catarinense. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

LAGO, Paulo Fernando de A. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.

LINS, Hoyedo Nunes. Herança açoriana e turismo na ilha de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 10, n. 14, 1993.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MAIA, Rousiley (Org.). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 303-340, jul./dez. 2009.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. **A trajetória dos processos de regionalização em Santa Catarina: escalas geográficas e atores sociais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MARINAS, José Miguel. La identidad contada. Destinos del relato al filo del milenio. **Archivos de la Filmoteca**, n. 21, p. 75-87, out. 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In*: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258-279, 2008.

MEDITSCH, Eduardo B. V. Journalism as a form of knowledge: a qualitative approach. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 2, 2005.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012.

MOMBELLI, Raquel. **Mi soi talian gracia a dio: identidade étnica e separatismo no oeste catarinense**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PASO0071-D.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antonio. A Identidade Catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, n. 5, p. 259-280, 1984.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia local, uma mídia de proximidade. **Comunicação: Veredas**, ano 2, n. 2, nov. 2003.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PLANO de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030. **Governo do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>. Acesso em: 14 jul. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REESE, Stephen D. Prologue – Framing Public Life: a bridging model for media research. *In*: REESE, Stephen D.; GANDY JÚNIOR, Oscar H.; GRANT, August E. (Eds.). **Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world**. New Jersey: Taylor & Francis, 2008.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**, v. 5, n. 1-2, p. 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).

SAWARD, Michael. **The representative claim**. New York: Oxford University Press, 2010.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 14, n. 20, p. 63-79, 1996.

SILVA, Zedar Perfeito da. **O Oeste catarinense**. Rio de Janeiro: Laement, 1950.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles (Ed.). **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 241-274.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012.

VEYRAT-MASSON, Isabelle; BLANCHARD, Pascal. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Decouverte, 2010.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. **Cultura pública e aprendizado social**: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. **Revista Famecos**, v. 18, n. 1, p. 235-252, jan./abr. 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 7-72.

Marcionize Elis Bavaresco é doutoranda no PPGJor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Cultura e Sociedade, da mesma instituição. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Carlos Augusto Locatelli é professor vinculado ao Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Cultura e Sociedade, da mesma instituição. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados e redação do manuscrito.